

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA. Elzilene Maria Pimpinato, Neusa Maria Dal Ri. – Educação 3.20 – Pedagogia - Departamento de Administração e Supervisão Escolar - Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

Vivenciamos nas últimas décadas inúmeras reformas educacionais, que se inserem tanto no processo de democratização pelo qual tem passado o país, mediante a abertura política pós-ditadura militar, como também nas políticas neoliberais e no processo de globalização, demandadas pelo capitalismo, sobre os quais vários eventos e instituições internacionais exerceram e exercem papel fundamental.

Uma das grandes referências na concepção e norteamento das políticas governamentais para a educação, nas últimas décadas, é a Conferência Mundial sobre Educação para todos, realizada na Tailândia, na cidade de Jomtien, em março de 1990, sob a convocação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e do Banco Mundial – BM, seguida pela Declaração de Nova Delhi, ocorrida em 1993. Segundo Oliveira (2000, p. 107), essa Conferência tem influenciado as reformas educacionais dos países em desenvolvimento, o que pode ser observado pelas mudanças ocorridas nos sistemas educacionais latino-americanos e nos princípios gerais concordados e revalidados na Declaração de Nova Delhi.

A partir desses eventos, o governo brasileiro elaborou o Plano Decenal de Educação para todos, no qual afirmou que a educação básica é fundamental para fortalecer os níveis superiores de educação e de ensino, a formação científica e tecnológica e, por conseguinte, para alcançar um desenvolvimento autônomo (BRASIL, 1993, p. 71). Dessa forma, a educação é concebida como premissa para o desenvolvimento econômico, ou seja, condição necessária sem a qual o crescimento se torna inviável. Por meio desse discurso, podemos verificar ressonâncias da teoria do capital humano, para a qual a educação é incumbida de promover o crescimento econômico, mediante a formação de recursos humanos.

Segundo Fogaça (1998, p. 13), desde o início dos anos de 1990, intensificou-se no Brasil o processo de reestruturação produtiva, que afeta profundamente as empresas brasileiras por meio da globalização da economia mundial e das novas formas de produzir. Esse processo vem sendo acompanhado de um intenso debate sobre as condições brasileiras de competitividade diante das novas circunstâncias, entre as quais teve grande destaque a qualificação dos recursos humanos o que, estrategicamente, reflete na educação. Em meio a este contexto, as orientações pedagógicas direcionam-se para o desenvolvimento de *habilidades e competências*, conduzindo o processo educativo aos interesses do capital.

De acordo com o discurso e a prática neoliberais, a educação deixa de ser algo pertencente à área social e política para ser integrada ao mercado e ao seu funcionamento. Os alunos transformam-se em consumidores e a educação passa a ser mais um mercado promissor. Essa é uma das políticas que visa reformar o Estado por meio das privatizações e da diminuição dos investimentos realizados pelo governo nas áreas sociais.

As duas estratégias mais utilizadas pelo neoliberalismo para a desintegração da escola pública referem-se ao discurso da qualidade do ensino e à articulação da educação com o trabalho.

O discurso da qualidade educacional surgiu provavelmente como reação ao discurso da democratização do ensino e está ligado à questão da propriedade. Para os neoliberais, a qualidade da educação pode ser alcançada no mercado dos bens educacionais.

A outra estratégia recai em duas questões argumentativas. A primeira diz respeito a um aspecto denominado de democrático, qual seja, a educação é um direito de todos apenas quando existe uma instituição que garanta este direito. Quando um direito se estende apenas a alguns, não se tem direito e sim um privilégio. A segunda questão aponta o fato de que se o emprego é regulado pelas leis de mercado, é negável a existência de desempregados. Apesar disso, os proprietários da educação de qualidade terão maiores opções de emprego.

Outro ponto fundamental que devemos mencionar é o fato da retórica neoliberal resumir o modelo educativo à qualidade total, aproximando cada vez mais a gestão da escola à gestão da empresa capitalista bem administrada.

A política neoliberal é implementada, em especial, pelas agências internacionais, entre as quais podemos destacar o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional que exercem grande influência nas políticas sociais e educacionais de países periféricos, como o Brasil.

Algumas das reformas educativas sugeridas pelo Banco Mundial aos países periféricos se direcionaram para a prioridade da educação básica; melhoria da qualidade da educação; prioridade para os aspectos financeiros e administrativos da reforma educativa; descentralização e autonomia para as instituições escolares; maior participação dos pais e comunidade nos assuntos escolares; definição de políticas e prioridades baseadas na análise econômica. Seguindo as propostas do Banco Mundial, o Brasil, em 1990, consolidou profundas reformas no sistema escolar, que seguiram um padrão predominantemente econômico.

A grande influência do Banco Mundial na política educacional brasileira encontra-se, sobretudo, na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, a qual apresenta a gestão democrática do ensino público (art. 3º, inciso VIII) e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (art. 14, inciso II). Vale destacar que a gestão democrática foi primeiramente incorporada pela Constituição Federal de 1988 (art. 206, inciso VI) e, posteriormente, reafirmada pela LDB de 1996.

A simples presença da gestão democrática do ensino público no corpo da Lei, não garante a sua implementação e dinâmica nos ambientes escolares. Em geral, os estudos empíricos realizados até o momento demonstram várias dificuldades para o desenvolvimento da gestão democrática na escola. Mesmo assim, os conselhos de escola podem constituir-se em uma ferramenta democrática ao alcance da comunidade escolar. Este instrumento ao sair do texto legal para uma prática concreta na realidade das escolas constitui-se num mecanismo de democratização, não somente das relações situadas no espaço escolar, mas também daquelas que se estabelecem em outras instâncias da vida social.

O Conselho de Escola foi criado com caráter consultivo e fez parte do núcleo executivo da escola, juntamente com o diretor e o assistente de direção. Somente nos anos de 1980, quando o país entrou na transição para a democratização, é que passou a ter caráter deliberativo. Desta forma, em 1984, no Estado de São Paulo, o Conselho de Escola adquiriu caráter deliberativo, pela alteração da Lei Complementar nº 201/78. Essa lei foi reestruturada e, em 1985, integrada ao Estatuto do Magistério, Lei nº 444/85, que no seu artigo 95 estabeleceu o Conselho de Escola Deliberativo, com funções administrativas e pedagógicas, com a participação paritária dos usuários da escola (alunos e pais) em relação aos profissionais dessa instituição (professores e funcionários) (MINGUILI, 1995).

Como mencionamos anteriormente, os Conselhos Escolares devem ter uma prática participativa de todos os segmentos escolares, ou seja, pais, professores, alunos e funcionários. Para tal, é importante que todos tenham acesso às informações relevantes para a tomada de decisões e que haja transparência nas negociações entre os representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Assim, a verdadeira e democrática participação se constrói mediante um espaço de conquista de poder.

Desse modo, temos como objeto de investigação a funcionabilidade da gestão democrática, tendo como foco central o Conselho Escolar, nas escolas públicas, municipais e estaduais, do município de Marília, no perímetro urbano.

Num primeiro momento, realizamos levantamento bibliográfico para a construção da base teórica a respeito da problemática estudada. Em seguida, aplicamos entrevistas em todas as escolas de ensino fundamental e médio (52 escolas), com o objetivo de detectar o funcionamento dos Conselhos Escolares. A partir disso, foram selecionadas sete escolas, nas quais os conselhos estão instalados e têm um bom nível de atuação, que representarão o universo a ser pesquisado com maior profundidade. Iniciamos as entrevistas com representantes membros dos Conselhos de todos os segmentos da comunidade escolar e externa. O objetivo geral deste trabalho é o de verificar, no universo empírico escolhido para realização do estudo, qual o estágio de implantação da gestão democrática, bem como procurar determinar quais os fatores que auxiliam ou dificultam o seu desenvolvimento.

Temos como hipótese que, no universo empírico escolhido para investigação, a gestão democrática ou não se encontra totalmente implantada ou, no caso de estar implantada, o seu estatuto, na maioria das escolas, é mais formal do que real. A principal razão para que o processo de implantação da gestão democrática encontre-se nessa situação decorre basicamente da hegemonia da práxis liberal. A concepção liberal da gestão democrática contém limites intrínsecos ao seu desenvolvimento. Estes limites, porém, não decorrem do fato de que a concepção liberal não se

empenhe o suficiente no processo de democratização, mas sim do fato de que o avanço da democratização para além de certo limite se encontra em franca contradição com os próprios princípios liberais de organização da escola e da sociedade.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília, 1993.

FOGAÇA, A. Educação, qualificação e pobreza: um resumo da crise educacional brasileira. In: BOMENY, H. M. B. (org.) **Ensino básico na América Latina: experiências, reformas, caminhos**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998.

MINGUILI, M.da G. **A gestão democrática no estado de São Paulo: da intenção à obra**. 1995. 274 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, Campinas.

OLIVEIRA, D. A. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Bolsa: CNPq/PIBIC